

MACHADO DE ASSIS E A LITERATURA BRASILEIRA DO OITOCENTOS: UM PROJETO DE LITERATURA NACIONAL

Ricardo André Ferreira Martins¹

1. Introdução

Este trabalho visa estudar determinadas manifestações do pensamento crítico de Machado de Assis, ou melhor, em parte dele, sobre o projeto de literatura nacional iniciado pelos românticos do século XIX, tanto quanto for possível para as suas escassas pretensões de análise. Na verdade, pretendemos apontar apenas as *manifestações* do afã de nacionalidade que perpassou boa parte da literatura do oitocentos brasileiro, mas sobretudo no escasso material de crítica literária que nos legou Machado. Embora tais manifestações ocorram mais em artigos determinados, ao longo de toda a carreira crítica de Machado podemos contemplar o fio que vai dos primeiros trabalhos críticos do escritor até os últimos, antes do lançamento de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, livro que encerra, por assim dizer, o ciclo crítico de sua obra, a partir da qual o criador literário assume uma produção de fôlego que absorverá todo o seu potencial para a crítica de literatura. Entretanto, limitar-nos-emos à análise de apenas um artigo, de forma mais detida: *O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura*, aqui e ali contrapondo talvez com trechos de outros artigos de natureza similar. Isto não nos impedirá, contudo, de vislumbrar através deste único artigo, que ora nos propomos estudar, como tal pensamento foi construído, em paralelo com os ideais de literatura nativa, então cor-

¹ Doutorando em História, História e Sociedade - UNESP - Assis - SP.

rentes, através dos quais e com os quais toda uma *cruzada civilizatória*² fora empreendida, para usar os termos de Jean Marcel Carvalho França.

Contudo, ainda de acordo com as palavras de Carvalho França, é particularmente interessante para o estudo da história da literatura, em função deste renomado projeto de literatura nacional, como mesmo o maior escritor em terras brasileiras torna-se o espelho fiel de uma preocupação que fora o diapasão, durante boa parte do século XIX, de nossas questões estéticas de fundo literário. Para compreender como isto se deu, não se deve, entretanto, olvidar que esta preocupação, ou ainda, inquietude estética, tem raízes profundas no processo civilizatório que se iniciou no país desde a chegada, em 1808, do monarca português, que, aportando na então colônia ultramarina brasileira, tinha como intenção, “levantar(...) a sua voz do seio do *novo império que vai criar*”³. Portanto, para compreender a formação de tal projeto, tendo em vista, *grosso modo*, a literatura como uma manifestação da nacionalidade e da cultura de um povo, não podemos desvincular, todavia, o oitocentismo brasileiro do processo que vai culminar com a independência da metrópole portuguesa em 1822, iniciado pelo monarca D. João VI.

De qualquer modo, a vinda do monarca constituirá, de acordo com as palavras de Carvalho França, “um ponto de inflexão na história”⁴, e, diríamos mais, uma verdadeira oitava nos destinos da então colônia, e, ainda, o acontecimento histórico de, talvez, maior envergadura para a consolidação definitiva de nossas belas letras. Portanto, torna-se matéria de interesse comum o estudo das conseqüências de tal acontecimento no pensamento crítico de Machado, em função de ele também ser um filho de tal projeto, cujo maior interesse era dar à nação recém formada um perfil civilizado, que adotasse seus próprios padrões civilizatórios, e que pudesse, através da literatura, formar seus próprios valores e arquétipos míticos e culturais.

Para tanto, não podemos ignorar, em sentido histórico, que os índices da mudança que ocorria no país que então se formava não se limitam, como a princípio pode-se, de forma equívoca, supor, às mudanças restritas ao campo do fazer literário. De fato, neste último, sente-se os impactos de uma atitude de natureza *política* iniciada pela necessidade de tornar a colônia *civilizada* dentro dos moldes da corte portuguesa, uma

² FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 10.

³ *Idem*, p. 9.

⁴ *Ibidem*.

vez que, expulsa de solo europeu, restava-lhe a esperança de formar um império ultramarino, no qual pudesse reconstituir a glória e o luxo da metrópole. Esta *cruzada* então iniciou-se de forma decidida, e a literatura, neste sentido, veio a reboque, como agente civilizador, capaz de mudar e melhorar a nova sociedade que então surgia, sobretudo após a Independência de 1822, uma vez que a necessidade de então era formar uma cultura nacional, com a qual o país nascente se identificasse, além de um povo capaz de amar a pátria, e que tivesse modelos de ordem e trabalho. Não é por outra razão que a literatura, bem como o literato, durante os primeiros decênios da independência, ocuparão lugar de especial relevo na tessitura da identidade nacional, pois os motivos e a palavra de ordem, naquele momento, era formar o Brasil em toda sua extensão de natividade e individualidade.

Não é por outra razão, aliás, que Antonio Candido anota que, dentre as muitas literaturas nacionais existentes, bem “poucas têm sido tão conscientes de sua função histórica, em sentido amplo”⁵. Portanto, em sua visão, é possível detectar um projeto de literatura nacional já na Arcádia, entre os chamados escritores neoclássicos, visto que “quase todos [são] animados do desejo de construir uma literatura como prova de que os brasileiros eram tão capazes quanto os europeus”⁶, entretanto, lembrando que isto tem sentido estrito de acordo com a sua opinião de literatura enquanto *sistema*, ou seja: a) conjunto de produtores literários; b) conjunto de receptores; c) um mecanismo transmissor. Portanto, o olhar de Candido visa abranger um período de formação dela enquanto tal, enquanto um “sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase”⁷, na tentativa, pois, de identificar uma corrente literária que vai formar uma tradição até o surgimento de uma literatura brasileira propriamente dita. A visão de Candido é válida, em sentido histórico, por várias razões: a primeira delas é a sua preocupação com a formação tanto estética quanto histórica da nossa literatura, uma vez que vai buscar motivos e temas que, segundo ele, já estão presentes na Arcádia, e que serão retomados, de certo modo, pelos escritores oitocentistas. Vale dizer, entretanto, que a atitude dos escritores oitocentistas em relação aos neoclássicos era medir quanto de nativismo já se podia encontrar em suas obras, e assim se sentiam ligados

⁵ CANDIDO, Antonio. **A formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 1º. Vol. (1750-1836). Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia Limitada, 1997, p. 26.

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Idem*, p. 23.

tanto a Basílio da Gama quanto a Santa Rita Durão, eles perdidos de uma cultura brasileira em tempos nos quais ela era apenas uma veleidade de fundo estético. A segunda, diz respeito ao *nacionalismo artístico* detectado por Candido em nossas letras oitocentistas, que favoreceu ao surgimento de uma consciência histórica entre os nossos escritores, preocupados em construir um povo e uma nação. Uma outra é o conhecimento de um projeto, que encontra similar na expressão adotada por Carvalho França, segundo a qual a literatura empenhara-se, como Candido também o sugere em *Uma Literatura Empenhada*, em tornar os modos brasileiros tão civilizados quanto os europeus, sem serem, todavia, de extrato europeu:

Depois da Independência o pendor [para o nacionalismo] se acentuou, levando a considerar a atividade literária como parte do esforço de construção do país livre, em cumprimento a um programa, bem cedo estabelecido, que visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los. (...) Esta disposição de espírito, historicamente do maior proveito, exprime certa encarnação literária do espírito nacional, redundando muitas vezes nos escritores em prejuízo e desnorteio, sob o aspecto estético. Ela continha realmente um elemento ambíguo de pragmatismo, que se foi acentuando até alcançar o máximo em certos momentos, como a fase joanina e os primeiros tempos da Independência, a ponto de sermos por vezes obrigados, para acompanhar até o limite as suas manifestações, a abandonar o terreno específico das belas-letas.⁸

Porém, retornando a Carvalho França, este fenômeno registra-se na mesma medida em que o projeto de civilização brasileira vai se afunilando, desde a chegada do monarca português, iniciando em terras brasileiras um processo incansável de *ocidentalização*, que vai constituir para o Brasil um verdadeiro “complexo de idéias, valores e hábitos fundamentais”, que irão ter reflexo imediato e seguro na “constituição de um [país] que preparava o seu futuro enquanto nação independente”⁹. No primeiro momento, é claro, os escritores ainda não faziam parte da chamada *cruzada*, mas não demoraram a juntar-se aos demais, pois o papel por eles desempenhado iria ser capital no pleno desenvolvimento desta golfada de civilização que soprou os ares cariocas do oitocentos. Para Carvalho França, portanto, a literatura terá um papel fundamentalmente *político*, uma vez que durante todo este período de consolidação do ideal civilizador ela cumpriu-o nesta direção, suprimindo as ausências de uma ou outra

⁸ *Idem*, p. 26.

⁹ FRANÇA, 1988, p. 10.

lacuna para que o processo iniciado por D. João VI lograsse êxito, ou seja, dar um perfil de civilidade a uma colônia que agora albergava, ao sul do Equador, a corte do mais antigo estado europeu, que agora se encontrava sob a ameaça do domínio francês.

Entretanto, não podemos esquecer que igual posição é colhida, de forma esparsa, ao longo de toda uma determinada produção literária do século XIX, e que havia realmente uma consciência política da missão histórica atribuída à literatura, de modo que mesmo em Machado há manifestações significativas deste espírito de época, como iremos constatar durante a tessitura de nosso trabalho.

Portanto, visa-se, neste trabalho, analisar, dentro do limite proposto de apenas um artigo escrito por Machado, como é possível detectar as conseqüências amadurecidas do processo de civilização que bafejou o nosso país desde a vinda de D. João VI ao Brasil, visto que, quando surge a obra machadiana, tal processo já havia atingido um alto grau de desenvolvimento, e já não era apenas um *projeto*. Deste modo, não pretendemos fazer um estudo minucioso nem da estética machadiana, nem dos propósitos críticos que o animavam, mas tão somente demonstrar, no artigo anteriormente citado, como havíamos superado uma fase do processo de ocidentalização e nos encontrávamos senão a meio caminho já da completa autonomia literária, ao menos de uma identidade cultural mais autêntica, sem grandes vãos teóricos, pois a nossa pretensão é mais lançar um olhar atento que uma análise minudente.

Portanto, optamos por uma abordagem ou talvez mais formal do ponto de vista analítico, ou talvez mais despojada do ponto de vista metodológico, uma vez que não quisemos vislumbrar o autor em sua integridade literária, visto que suas obras estéticas não entram no corpo de nossa discussão. No interesse, todavia, de natureza histórica, não deixaremos de emitir alguns juízos críticos, mesmo de natureza estética, que permitam formar um quadro, senão mais preciso, ao menos interpretativo dos dados apontados através de nosso objeto de análise, ou seja, artigos de crítica literária enquanto documento de uma história, a da literatura. Mas, para enfeixarmos tudo em um só balaio, utilizemos a expressão feliz de Michel Foucault:

Na verdade, os problemas colocados são os mesmos, provocando, entretanto, na superfície, efeitos inversos. Pode-se resumir esses problemas em uma palavra: a crítica do documento. Nada de mal-entendidos: é claro que, desde que existe uma disciplina como a História, temo-nos servido de documentos, interrogamo-los, interrogamo-nos a seu respeito; indagamos-lhes não apenas o que eles queriam dizer, mas se eles diziam

a verdade, e com que direito podiam pretendê-lo, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados. Mas cada uma dessas questões e toda essa grande inquietude crítica apontavam para um mesmo fim: reconstituir, a partir do que dizem estes documentos - às vezes com meias-palavras -, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio; seu rastro frágil, mas, por sorte, decifrável.¹⁰

E eis aí, da melhor forma possível, o nosso modesto intento. Res-salvados os possíveis equívocos opinativos, contudo, não poderíamos, de qualquer modo, ceder lugar a um esteticismo de fundo duvidoso, porquanto carecia de seu apoio principal, que é a obra enquanto objeto artístico consumado em sua extensão intrinsecamente estética. Deste modo, nossa análise mantém vínculo com a história, pois analisa o pensamento de um homem a respeito da produção específica de sua época, ou seja, o homem que nasce e morre em seu tempo, bem como suas opiniões a respeito dele.

2. Machado de Assis: política e literatura

Seguindo ainda de perto os passos de Antonio Candido, não há como negar que, desde a Arcádia, a literatura criada em solo brasileiro já apresentava, em determinado sentido, um empenho em afirmar sua individualidade, pois os escritores neoclássicos, segundo Candido, traziam consigo o afã comum de demonstrar que nós, brasileiros, tínhamos tanta capacidade de produzir cultura e boa arte quanto nossos ancestrais europeus. Sob este ponto de vista, já havia, então, desde o período neoclássico, certo engajamento político em nossas letras, que se pretendiam nativas, ou *nativistas*, e já ensaiavam tentativas neste sentido seja nos refinados madrigais de Silva Alvarenga, ou ainda nos versos de fundo épico de Santa Rita Durão ou Basílio da Gama, cujo apreço pelos índios iria ser admirado e copiado pelos românticos da primeira geração, quanto também nos sonetos de timbres camonianos de Cláudio, ou, por último, nas líras sofisticadas, ao gosto neoclássico, de Gonzaga, e quantos mais pretendessem demonstrar a existência de luzes intelectuais ao sul do Equador, em terras brasileiras.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1987, p. 7.

Era, portanto, um período em que tanto o Iluminismo europeu quanto a vindoura Revolução Francesa inspiraria ânimos nos homens de toda o continente americano, o que iria culminar, entre nós, ressalvadas as devidas proporções históricas, na Inconfidência Mineira, implicando consigo quase todos os nomes que então produziam alguma literatura de valor. De fato, Alfredo Bosi registra que, após este período, desde a publicação de *Glaura* de Silva Alvarenga, até os *Primeiros Cantos* (1846) de Gonçalves Dias, nenhuma obra de qualidade, de natureza poética, veio a lume entre nós¹¹. Este período de limbo estético tenha talvez suas raízes no fato destes escritores inconfidentes terem sido desbaratados, e, portanto, o nosso pequeno *sistema* literário, ou aspirante a tal, adotando mais uma vez a visão de Candido, não possa ter tido uma continuidade segura, pois ou foram afastados de nosso meio, como o caso de Gonzaga, ou morreram, como Cláudio. Portanto, a existência de um meio literário profícuo fora interrompida brutalmente pelo processo de devassa da Inconfidência. Por outro lado, Carvalho França aponta uma razão que, apesar da existência de alguns escritores árcades no país, explica, em função também dos motivos apontados acima, como a vida do país naufragou no obscurantismo. Segundo França¹², apesar dos esforços empreendidos durante o setecentos no sentido de formar algumas academias, nenhuma delas teve uma vida duradoura, de modo a influenciar largamente o meio intelectual da colônia. Na verdade, várias foram as razões para tal naufrágio de tentativas. França aponta que, além da inexistência de bibliotecas, como também de escolas, tipografias, não havia nem mesmo a circulação de livros, e, como conseqüência, não havia a livre circulação de idéias, mesmo porque não era permitido que muitas idéias circulassem. De um modo geral, não havia quase nenhuma tolerância em relação às atividades intelectuais, sobretudo depois das várias devassas ordenadas pela coroa portuguesa no intuito de extinguir todas as faíscas de nativismo que ainda acaso sobrevivessem após o processo da Inconfidência. A situação intelectual do país, portanto, quando da chegada de D. João VI, não poderia ser outra que a da mais absoluta miséria. Doutro lado, não se pode negar que muito da disposição de espírito desta época poderá ter sobrevivido, visto que, após a Independência, alguns ideais que agitaram o período foram retomados e admirados por poetas e escritores dos primeiros decênios de nosso surgimento enquanto nação. É o que veremos em alguns

¹¹ BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1980, p. 89.

¹² FRANÇA, 1988, p. 99-100.

trechos do pensamento de um primeiro Machado, de acordo com os propósitos deste trabalho.

Portanto, partindo do pressuposto que havia entre nós um certo ânimo precoce para o nativismo literário, não é de espantar que parte desse ânimo fosse retomado com todo o vigor no período joanino, uma vez que as elites nacionais ganham prestígio com a vinda do monarca português, e o processo de independência iniciar-se-á sob o paradigma do nativismo. De qualquer modo, também não é de espantar que toda uma literatura então em formação viesse a abraçar a causa de todos aqueles que, de algum modo, contribuíam ou haviam contribuído para o surgimento entre nós de uma consciência histórica, de um sentimento de *brasilidade*, e, portanto, nacional, patriota. A nação que então surgia necessitava criar seus próprios arquétipos, era necessário buscá-los no passado, em quais momentos eles começaram a existir, e seria portanto forçosa a identificação com os ideais daquele período estético, onde já acenava-se alguns temas que seriam considerados nacionais durante a primeira fase romântica.

Podemos perceber, então, que a Ilustração, nos primeiros decênios do século XIX, contribuiria de forma decisiva para a formação dos primeiros modelos da cultura de uma nação emergente, e, durante todo o Pré-romantismo, período de consolidação definitiva dos ideais nacionais, de afirmação da elite local, promovida a um *status* de corte por D. João VI, a construção de tal identidade torna-se representativa nos ideais da burguesia que aspirava o comando de um país independente da metrópole europeia. Personagem ilustrativo deste período será José Bonifácio de Andrada e Silva, híbrido de literato e político, cuja importância como estadista absorveu de forma completa os pendores de poeta, de tal modo que não nos legou nenhuma obra de relevo estético.

Não é de admirar, portanto, que este período será marcado pelo *ecletismo*, que terá, segundo Alfredo Bosi, sua melhor expressão nos gêneros públicos, e na poesia retórica, feita para comover as multidões, na habilidade de tanger o povo em um sentimento de pátria, capaz de mantê-los na tão desejada brasilidade. Era inevitável, deste modo, que, com a existência de tais gêneros, feitos para atingir a comoção das massas, uma literatura de qualidade estivesse, durante muito tempo, em segundo plano, pois o objetivo principal era o consórcio entre literatura e política, resultando daí um estilo puramente *retórico*, pois os objetivos a ser atingidos necessitavam da *beleza* capaz de arrebatar as consciências primárias de então, mais que de obras profundas, que entanto não tivessem vínculos com o projeto de civilização brasileira que se nutria entre os

membros permanentes da elite local, a exemplo dos Andradas. Portanto, o tom da poesia, e tudo o mais, será o *patriótico* e o *moralizante*, presente nas *Poesias Avulsas* (1825) de Américo Elísio, pseudônimo de José Bonifácio, casando bem com a aurora de uma literatura de um país que, então, nascia¹³.

Todavia, não é demais lembrar que, segundo Carvalho França, o período joanino foi marcado por mudanças de envergadura na colônia portuguesa, e uma espécie de *laboratório civil* instalou-se na capital carioca, o que viabilizaria, mais tarde, um projeto de Brasil emergente dos anseios do povo, ou melhor, da elite local, que agora almejava tomar as rédeas de seu próprio país, sem muitos ideais nobres que não os ganhos imediatos desta nova situação. Entretanto, como aponta França, a reviravolta, que teve como consequência uma verdadeira *cruzada civilizatória*, ao substituir os velhos hábitos da província pelos mais urbanos e civilizados hábitos da corte portuguesa, representou para nós uma *modernização* como jamais se viu em outras épocas¹⁴. Daí, não ser forçoso contrastar que o período neoclássico não ofereceria jamais um quadro como este, capaz de subverter a velha ordem da sociedade local, então arraigada em hábitos quase medievais, e, como consequência, o projeto de uma nação independente de Portugal só poderia ser adiado para bem mais tarde, indo já lá quase um século depois, e tudo provocado por uma reviravolta histórica sem precedentes para a história brasileira. Napoleão jamais imaginaria que, com uma simples ameaça, faria emergir uma nação do outro lado do Atlântico. Mas, enfim, são as ironias da história. Passemos a outras.

Como bem anota Carvalho França, esta *cruzada* foi muito longa, cheia de percalços, de obstáculos quase intransponíveis, pois, além de medidas de viés mais simples, como urbanizar a cidade, construir ruas salubres, era necessário erguer em paralelo uma civilização do meio dos arraigados hábitos de uma sociedade patriarcal, cujos valores mais semelham a uma sociedade do Oriente Médio que uma do extremo Ocidente. Para mudar tal quadro de coisas, registra França, tornou-se necessário uma verdadeira brigada, que foi a Intendência Geral, que, na verdade, era uma polícia de costumes, uma espécie de faz-tudo do período joanino¹⁵. A ela cabia o papel de vigiar os bons costumes, modificar os hábitos medievais da população, dar ares mais europeus à cidade carioca. Era necessário, portanto, modernizar tudo. Após a consolidação de determinadas

¹³ BOSI, 1980, p. 89-91.

¹⁴ FRANÇA, 1988, p. 10.

¹⁵ *Ibidem*.

medidas, a esta *cruzada* juntaram-se, logo após, muitos outros membros representativos da sociedade. Médicos, pedagogos, magistrados, clérigos, juristas e muitos outros que vieram propagar a necessidade de civilizar o Brasil. Mas, sobremaneira, os escritores, literatos e praticantes das letras em geral. Não havia, pois, distinção. Todos quanto pudessem dar o seu contributo para a formação de uma sociedade mais de acordo com a *alta nobreza* da corte europeia, necessitavam empenhar-se neste projeto de civilização, de onde emergiria um ideal de pátria. Retirado, contudo, o verniz romântico da coisa, a elite local ganhava cada vez mais prestígio e autonomia, impulsionada pelo sopro inovador da presença do monarca português, que modernizava a sociedade carioca de então. Não é por outra razão, portanto, que a literatura deste período empenhar-se-á, mesclando aqui o sentido de engajamento adotado tanto por Candido como por França, em ser tanto de natureza estética quanto *política*, embora o consórcio destes dois elementos resultou em algo, quando muito, de equilíbrio instável. Realmente, pouca coisa, para interesses realmente literários, sobreviveu desta época, senão, nenhuma. Para cotejar apenas um exemplo, citemos as obras do nosso patriarca, José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos nomes mais ilustres da época, em cuja poesia predomina tanto o tom patriótico quanto o moralizante, em prejuízo da poesia. Mas isto é apenas uma questão periférica. Passemos a outra, para nós do maior interesse.

É justamente neste ponto, em que citamos o nosso tão afamado José Bonifácio, que recorremos a Machado. Vamos, pois, a ele.

Com efeito, para um primeiro Machado, o juvenil, os ideais estéticos da literatura se mesclavam com perfeito equilíbrio aos afãs civilizatórios da política. Este conúbio, entretanto, como já afirmamos em linhas anteriores, resultará em uma união difícil, já que, como registra Candido, havia em todos os escritores desta época uma comum *disposição de espírito*, que tornar-se-ia a expressão literária mais que viva do *espírito nacional* que, apesar de sua utilidade histórica, de grande importância deves, redundou, na maioria das vezes, “em prejuízo e desnor-teio, sob o aspecto estético”¹⁶. Esta ânsia civilizatória na qual os escritores do oitocentos brasileiros empenharam-se tinha um fundo de pragmatismo tão acentuado, que éramos obrigados pelas circunstâncias a abandonar, sem grandes prejuízos para a consciência estética, os vãos da criação literária e assentar os pés no terreno firme da construção de uma identidade nacional através das letras, e não exatamente das belas letras puras e sim-

¹⁶ CANDIDO, 1980, p. 26.

ples. Os escritores, portanto, carregavam o fardo de uma pesada missão histórica, à qual não podiam furtar-se ainda que o quisessem. Tomemos a palavra do mestre:

Como não há literatura sem fuga ao real, e tentativas de transcendê-lo pela imaginação, os escritores se sentiram freqüentemente tolhidos no vôo, prejudicados no exercício da fantasia pelo peso do sentimento da missão, que acarretava a obrigação tácita de descrever a realidade imediata, ou exprimir determinados sentimentos de alcance geral. Este nacionalismo infuso contribuiu para certa renúncia à imaginação ou certa incapacidade de aplicá-la devidamente à representação do real, resolvendo-se por vezes na coexistência de realismo e fantasia, documento e devaneio, na obra de um mesmo autor, como José de Alencar. Por outro favoreceu a expressão de um conteúdo humano, bem significativo dos estados de espírito duma sociedade que se estruturava em bases modernas.¹⁷

Tais *bases modernas* constituíam, portanto, todo o aparato criado pela *cruzada civilizatória*, da qual nem a literatura poderia escapar. Não é por outra razão que tal afã anima o jovem Machado de Assis, sobretudo no artigo publicado em 9 e 23 de abril de 1858, intitulado *O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura*, no qual nota-se, em arroubos de juventude e engajamento, tanto o escritor quanto o político, ambos ativistas e nativistas. Ratificando, porém, a posição de Candido quanto às limitações estéticas da literatura de então, o próprio Machado parece estar consciente que não haveria outro modo dela expressar-se, visto que as contingências históricas delimitavam o seu papel, a sua missão. O jovem Machado terá, portanto, uma opinião segura a respeito de tal missão, uma vez que:

No estado atual das cousas, a literatura não pode ser perfeitamente um culto, um dogma intelectual, e o literato não pode aspirar a uma existência independente, mas sim tornar-se um homem social, participando dos movimentos da sociedade em que vive e de que depende. Esta verdade, exceto no jornalismo, verifica-se em qualquer outra forma literária. Ora, será possível que assim tenhamos uma literatura convenientemente desenvolvida?¹⁸

¹⁷ *Idem*, p. 26-27.

¹⁸ COUTINHO, Afrânio (org.). Machado de Assis. **Obra completa**. Vol. III, Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1985, p. 787-788. (os grifos são nossos)

Impulsionado pelos mais diversos chavões do patriotismo do oitocentos brasileiro, é notável encontrar o futuro Machado de Assis, autor das corrosivas e irônicas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em veleidades retóricas próprias dos moços que subiam às tribunas para falar à nação recém-formada. Mas tais veleidades, conquanto sejam ditas pelo jovem Machado, e porque mesmo jovem, eram o tom único com o qual se exprimia toda uma sociedade e uma época determinada de nossa história. Era necessário, sobretudo, acompanhar o coro, e repeti-lo, conforme a música que se tocava. Portanto, o Machado desta época acreditava de forma pia e bem intencionada que tanto a literatura quanto a política haviam de desempenhar um papel solene para a formação da pátria, e para corroborar suas assertivas, recorre à nossa época arcádica, valendo-se de argumentos até simples, porque embalados pelo sentimento nativista, como os que vemos a seguir:

A literatura e a política, estas duas faces bem distintas da sociedade civilizada, cingiram como uma dupla púrpura de glória e de martírio os vultos luminosos da nossa história de ontem. A política elevando as cabeças eminentes da literatura, e a poesia santificando com suas aspirações atrevidas as vítimas das agitações revolucionárias, é a manifestação eloqüente de uma raça heróica que lutava contra a indiferença da época, sob o peso das medidas despóticas de um governo absoluto e bárbaro. O ostracismo e o cadafalso não os intimidavam, a eles, verdadeiros apóstolos do pensamento e da liberdade; a eles, novos Cristos da regeneração de um povo, cuja missão era a união do desinteresse, do patriotismo e das virtudes humanitárias.¹⁹

Um jargão carregado, deveras. E ainda utilizado por aquele mesmo escritor que, algumas décadas depois, comporá as obras de talvez maior valor estético em nossa literatura. Todavia, levando em consideração que a época era feita de estereótipos como esse, e que a visão de Machado não poderia ter outra compleição ideológica, temos que, pois, delimitar o raio temporal alcançado pelo artigo, que não vai muito além do momento histórico no qual fora, de forma específica, publicado. Sendo assim, não é difícil compreender porque encontramos um Machado tão comprometido com questões desta natureza, muito mais de uma forma tão *engagée*, com a qual não estamos habituados a contemplar, neste momento específico, o autor de *Dom Casmurro*, que, todavia, ainda não havia atingido a maturidade literária que lhe será peculiar, e, quando mui-

¹⁹ *Idem*, p. 785.

to, é apenas o espelho fiel que reproduz a imagem, sem retoques, de seu próprio tempo, no qual também viveu como homem que foi. Portanto, tanto as idéias quanto os chavões contidos neste artigo, neste sentido, estão repletos da maior coerência histórica e não devem ser submetidos a outra apreciação que não esta, uma vez que, incluso aí, também não fazem parte do espólio estético que nos legou em suas obras da maturidade. Deste modo, é lícito que Machado se equivoque, e diga verdadeiras frases de efeito retórico, como estas:

Era uma empresa difícil a que eles tinham então em vista. A sociedade contemporânea era bem mesquinha para bradar - avante! - àqueles missionários da inteligência e sustentá-los nas suas mais santas aspirações. Parece que o terror de uma época colonial inoculava nas fibras íntimas do povo o desânimo e a indiferença.²⁰

E, para retornar aos Andradas, nem mesmo eles foram esquecidos pelo nosso zeloso Machado, e, somente para acentuar a ironia, o nosso José Bonifácio, autor daqueles célebres poemas encomiásticos ao país que nascia, justamente ele, nosso audaz defensor da pátria tinha-o no mais alto apreço estético:

As odes de José Bonifácio são magníficas. As belezas da forma, a concisão e a força da frase, a elevação do estilo, tudo aí encanta e arrebatava. Algumas delas são superiores às de Filinto.²¹

E aí está o nosso juvenil Machado tentando resgatar do limbo estético as odes de Bonifácio, e, ainda que a emissão de tal juízo seja de natureza estética, descamba para uma outra assertiva. Acreditava o romancista não apenas no vulto literário que era Bonifácio, segundo ele de grande envergadura, mas também no fato dele ser um exemplo representativo de toda uma geração, que era obrigada a sacrificar seus vãos estéticos em nome da construção de uma pátria.

Uma razão apontada por Bosi para a existência de tal quadro de coisas para os praticantes das letras desta época, que, como Bonifácio, nada produziram de relevo, é talvez o denominado *hibridismo cultural*, de caldo ideológico, em que se vivia então, incapaz por si mesmo de elaborar um estilo cuja força viesse acompanhada de atributos estéticos perenes. Em parte, também pode-se explicar o fato em função do processo da Independência, que vai de 1808 a 1831, que fez-se a custo da interven-

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Idem*, p. 786.

ção da elite local, impregnada, segundo Bosi, de ambigüidades herdadas do período colonial, como: ilustração/reação; pombalismo/jesuitismo; deísmo/beatice; pensamento/retórica. Tais características, entretanto, não diferiam muito daquelas que eram herdadas diretamente de Portugal, uma vez que lá, em relação às outras nações européias, vivia-se também sob o signo do atraso. Deste modo, a classe dominante do país, cuja cultura era de estofos coimbrão, mantinha o hábito permanente de tomar nota das *novidades* vindas da Europa, e estas, na época, eram apenas as conseqüências da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, vindas das nações que mais influenciavam a elite durante todo o oitocentos, i.e., França e Inglaterra. Desta forma, ainda segundo Bosi, este *hibridismo cultural* tornou-se nossa marca individual, que teve como conseqüência intelectual e estética o *eclétismo* peculiar aos homens cultos do Brasil, pois éramos apenas a fusão de elementos contraditórios, por vezes inconciliáveis, que sobreviviam no interior do homem europeu. Tais elementos sempre conviveram em equilíbrio instável em nossa cultura, uma vez que:

A divisão de águas entre liberais e conservadores, que marcou o homem europeu na primeira metade do século, esbateu-se entre nós pelo fato de ter vindo de cima a consecução da Independência: De Cayru, valido de João VI, a José Bonifácio, conselheiro de Pedro I, temos uma inteligência que repete, em um vasto país recém-egresso do sistema colonial, a experiência dos intelectuais europeus junto aos déspotas mais ou menos esclarecidos.²²

De outro lado, Carvalho França registra que vários fatores agrupavam-se para a formação eclética adotada pelos intelectuais do país que se formava. Um deles, por exemplo, seria a forte influência que exerceram alguns sermoneiros admirados por D. João VI, grande admirador da sermoneística, homem religioso, que fomentou o gênero entre nós, durante toda a sua permanência em solo brasileiro. O resultado disso seria o *hibridismo cultural* de toda uma geração educada por sermoneiros como o franciscano Frei Francisco de Monte Alverne, justamente considerado o maior orador sacro do período, que introduziu entre nós uma tendência filosófica oriunda do mais puro modismo de extrato europeu, porém cara ao monge: o eclétismo de Víctor Cousin. O resultado imediato disto refletiu-se na geração da primeira fase romântica, que herdou, entre outras coisas:

²² BOSI, 1980, p.89-91.

O culto do eu; o cristianismo enquanto experiência individual, enquanto modo de sentir; as artes e a literatura como auxiliares da religião; a exaltação da pátria; e mesmo a função civilizadora das letras.²³

Assim, não é de admirar que os homens desta época, pela escassez mesma de valores reais que pudessem ocupar os mais diversos estratos da sociedade de forma equilibrada e natural, tivessem que adotar posturas de caldo ideológico realmente contraditórias e até paradoxais. Era necessário preencher as lacunas de uma sociedade que começava a se formar e vinha de um processo de civilização ao modo ocidental, saída de um modelo patriarcal, e, portanto, o mesmo homem executava múltiplas tarefas. Assim como Bonifácio era estadista e literato, padres também eram maçons, e também se professavam liberais, ao lado dos beatos, que eram ao mesmo tempo conservadores moralizantes, sem falar da salada intelectual que era típica da época. Nossa vida filosófica e intelectual admitia as mais disparatadas posturas, pois um mesmo tradutor dos Salmos poderia ser um fiel intérprete da teoria do bom selvagem, ao mesmo tempo que, num mesmo homem, podiam conviver de forma pacífica, através dos arranjos retóricos que nossa cultura de caldo jesuítico poderia compor, as teorias radicalmente opostas de Voltaire e Rousseau, ou mesmo de Byron e Chateaubriand. Tudo caía no gosto sem anteparos de nossa rarefeita vida intelectual, pois a rigor os choques ideológicos aqui só existiam em função dos ganhos possíveis e imediatos, e nossa história, vinda de cima para baixo, não estava pontuada pelas mudanças abruptas e pelos violentos choques que haviam abalado a Europa desde o fim do feudalismo. Conseqüências em parte geradas pela divulgação do sistema filosófico de Cousin, o famigerado *ecletismo*. Desta forma, não havia em nossa sociedade a necessária convivência de forças radicalmente opostas umas às outras, que viabilizassem o surgimento de uma vida intelectual sadia e profícua em muitos setores. Não é por outra razão, todavia, que os escritores eram os mais geniais membros deste meio, uma vez que a eles, neste primeiro momento, caberia o papel de difundir entre nós, em tese, as melhores idéias vindas da Europa, o que aconteceu, com efeito, somente em determinado sentido. De resto, vivíamos ora animados sob paradigmas falsos ou éramos tangidos pelo espírito mundano de modismos efêmeros e falhos.

Deste modo, explica-se a admiração de Machado pelo nosso patriota José Bonifácio, pois o patriarca da Independência era a conjunção

²³ FRANÇA, 1988, p. 107.

simbólica dos melhores atributos de toda uma geração, que foi sacrificada, nos termos machadianos, em prol da construção de um solo pátrio. Não é de admirar, pois, que as opiniões de Machado, neste artigo, venham acompanhadas de uma fraseologia de caldo colegial, adolescente, típica de uma redação estudantil, que se faz sentir a cada ênfase, a cada martelada retórica:

Os Andradas foram a trindade a simbólica da inteligência, do patriotismo, e da liberdade. A natureza não produz muitos homens como aqueles. Interessados vivamente pela regeneração da pátria, plantaram a dinastia brangantina no trono imperial, convictos de que o herói do Ipiranga convinha mais que ninguém a um povo altamente liberal e assim legaram à geração atual as douradas tradições de uma geração fecunda de prodígios, e animada por uma santa inspiração.²⁴

Na verdade, talvez não pudesse ser de outro modo, pois o futuro romancista de relevo contava, quando da publicação do artigo, apenas 19 anos. Note-se que o artigo, entretanto, é ilustrativo de uma mentalidade que se formava, e nos expõe a radical diferença de uma outra, que irá compor o fundo filosófico de sua maturidade literária. Deste modo, a posição de Machado, enquanto cronista liberal que foi, terá um caráter mais político do que literário, como convinha ainda aos propósitos da época, que exigiam tal postura de todos quanto pudessem formar opiniões. A visão do crítico literário vinha acompanhada, ao lado da visão estética, do comprometimento político. Para Machado, mesmo na Arcádia, onde, conforme seu ponto de vista, a literatura e a política já se faziam sentir envolvidas uma pela outra, e onde os primeiros heróis da pátria lançavam, segundo ele, suas luzes sobre a nossa história, era ainda o jugo de Portugal que se fazia presente. Era, pois, imperdoável que mesmo diante da oportunidade que se lhes apresentava, não haviam criado um modelo de literatura nacional, que fosse exclusivamente nossa, e, deste modo, lastima Machado:

A poesia de então tinha um caráter essencialmente europeu. Gonzaga, um dos mais líricos poetas da língua portuguesa, pintava cenas da Arcádia, na frase de Garret, em vez de dar uma cor local às suas líras, em vez de dar-lhes um cunho puramente nacional. Daqui uma grande perda: a

²⁴ COUTINHO, 1985, p. 786.

literatura escravizava-se, em vez de criar um estilo seu, de modo a poder mais tarde influir no equilíbrio literário da América.²⁵

Para Machado, a influência da literatura portuguesa pesava como um fardo insustentável sobre a nossa, daí a necessidade, sempre repisada na época, de enfatizar a *cor local*, as paisagens típicas da América, e, neste sentido, repetia o coro dos críticos da época, sem grandes retoques. Reputava a Basílio como o autor da primeira peça livre, de forma completa, das influências da literatura portuguesa, uma vez que criara um poema que, segundo nosso crítico juvenil, se não era ainda nacional, também já não era europeu. E é, todavia, curioso que, este mesmo admirador de Gonçalves Dias, também de temas, digamos, *indianistas*, pudesse se indignar com a presença do indígena em nossas letras, justamente o modelo do *bon sauvage*, que seria tão caro aos primeiros momentos do Romantismo, seja em Gonçalves Dias como em Alencar. Vamos, pois, dar voz ao nosso furibundo crítico de literatura:

Não era nacional, porque era indígena, e a poesia indígena, bárbara, a poesia do boré e do tupã, não é a poesia nacional. O que nós com essa raça, com esses primitivos habitantes do país, se os seus costumes não são a face característica da nossa sociedade?

Na verdade, Machado dava voz, nesta fase juvenil de sua carreira literária, a uma necessidade e preocupação comum a todos da época a que se dirigia. De fato, possuíamos uma literatura legitimamente nacional? As tentativas de se questionar o passado em busca de respostas, em analisar o presente para compor o quadro da atualidade na esperança de vislumbrar o futuro de nossas letras ainda mirradas, refletia apenas uma angústia peculiar a um espírito que, talvez mais que todos, queria dar forma a algo que somente se insinuava em nuanças da cor local, e não se atrevia a vôos mais altos. Machado ansiava que, uma vez que o país, emancipado de Portugal, tivesse sua própria vida política, livre da sombra da antiga metrópole, nossa literatura palmilhasse também igual destino, i.e., deixasse de apenas ser um reflexo sestro das letras portuguesas e se tornasse, de forma definitiva, brasileira. Todavia, não nega que a literatura, para atingir tal fito, não poderia ignorar seu papel no processo de emancipação cultural da pátria. Daí, martela sempre no ponto de nossa formação enquanto nação, uma vez que:

²⁵ *Idem*, p. 785.

Uma revolução literária e política fazia-se necessária. O país não podia continuar a viver debaixo daquela dupla escravidão que o podia aniquilar. A aurora de 7 de setembro de 1822, foi a aurora de uma nova era. O grito do Ipiranga foi o - Eureka - soltado pelos lábios daqueles que verdadeiramente se interessavam pela sorte do Brasil, cuja felicidade e bem-estar procuravam.

Desta forma, o país emancipado, necessário seria emancipar esteticamente a literatura. Os primeiros críticos da nação brasileira enfatizavam, como aqui enfatiza Machado, a necessidade de mencionar-se sempre a cor local, de falar dos trópicos, pois aí residiria o nosso traço, por excelência, de brasilidade, em relação a literatura portuguesa. Era necessário criar tipos nacionais, falar da natureza abundante das florestas equatoriais, descrever as praias, e também promover a civilização através das letras. Contudo, como, aliás, registra Carvalho França, se a literatura da época tinha um cunho permanente de fundo pedagógico e político, já que adotava-se, nas palavras do próprio França, uma *visão pragmática* da questão, não deve-se olvidar, entretanto, que justamente pela existência de tal visão não havia uma obrigação imputada às nossas letras como *instrumento civilizador*. Na verdade, adota-se tal visão porque havia o consenso geral que a literatura, sobretudo entre os escritores mesmos, teria que dar o seu quinhão para a formação da pátria, e nisto estavam todos acordes, já que não tínhamos, no dizer do próprio Machado, uma literatura autônoma de Portugal, em moldes brasileiros:

Mas após o Fiat político, devia vir o Fiat literário, a emancipação do mundo intelectual, vacilante sob a ação influente de uma literatura ultramarina. Mas como? É mais fácil regenerar uma nação, que uma literatura. Para esta não há gritos de Ipiranga; as modificações operam-se vagarosamente; e não se chega em um só momento a um resultado.²⁶

Em virtude da necessidade de tal emancipação, como anota Machado, a ênfase sempre recaía nas mesmas marteladas exigências. Mas, para vislumbrar um quadro mais sucinto do que representava tal postura diante da literatura, vislumbremos um trecho de Carvalho França, de fato, mais elucidativo:

Se percorrermos os textos da época, os de natureza crítica principalmente, mas também os prefácios, notas introdutórias e comunicados ao leitor, detectaremos, em virtude da insistência com que aparecem, ao me-

²⁶ *Idem*, p. 787.

nos três critérios fundamentais que parecem ter norteado a produção ficcional desse período. Um deles, talvez o mais óbvio porque o mais saliente, é o nacionalismo. Num momento de patriotismo exacerbado, de ansiedade por dotar a nação de uma cultura própria, era natural que a preocupação primeira dos nossos romancistas fosse dar o seu contributo para tão importante empreendimento; natural também que os críticos, ao analisarem as obras vindas a público, devotassem especial atenção ao fato de serem elas dotadas ou não de cor local.²⁷

Era natural, pois, que a preocupação imediata de um primeiro Machado, mesmo passadas algumas décadas da Independência do país, ainda fosse a de enfatizar a necessidade de construir uma identidade cultural que fosse eminentemente nacional. Esta preocupação aparece no texto de Machado de forma um tanto irredutível, levando o escritor a desdenhar um pouco do progresso material em detrimento do progresso intelectual, uma postura que ele defende por acreditar que os *germens da civilização* habitem o mundo das idéias e da produção intelectual, quando, talvez, este é filho daquele. Retirado o verniz nacionalista de tudo isto, o que sobra é uma nítida vocação para criar o *gênio literário nacional*, de resto, repleta de êxito no segundo momento de sua produção enquanto romancista.

Contudo, Machado irá chamar atenção a um seguinte ponto. Por acreditar que o gênero dramático não se encontrava plenamente desenvolvido entre nós, o que penalizava, segundo ele, em muito os poucos criadores locais, nosso teatro não passava então de uma mera *quimera*. Mas, deixando de lado os jogos verbais, parece-nos interessante que este primeiro Machado entregava ao teatro uma responsabilidade mais grave que a que, talvez, passava pela cabeça de seus contemporâneos: justamente ele seria o gênero que mais se aproximaria do povo, e, portanto, poderia civilizá-lo de modo mais eficaz, pela linguagem direta que possuía. A verdade desta assertiva de Machado era acenada, segundo ele mesmo acreditava, pelo sucesso obtido junto ao povo pelas comédias de Martins Pena e Macedo, o que provaria a vocação do teatro para fins pedagógicos e civilizatórios. O importante, entretanto, era agradar. Isto era, na opinião de Machado, *essencial*. Deste modo, concluía Machado, não poderia ser o povo o responsável pela ausência de desenvolvimento pleno do gênero entre nós. Ele irá culpar os nossos intelectuais. Isso mesmo, será o nosso meio intelectual a raiz do problema, pois que ele acusa a abundância de traduções do gênero, sobretudo da língua francesa, como a

²⁷ FRANÇA, 1988, p. 170.

principal causa da ausência de desenvolvimento de um teatro nacional robusto. Demos voz, pois, ao articulista indignado:

Digam o que quiserem, as direções influem neste caso. As tentativas dramáticas naufragam diante deste czariato de bastidores, imoral e vergonhoso, pois que tende a obstruir os progressos da arte. A tradução é o elemento dominante, nesse caos que devia ser a arca santa onde a arte pelos lábios dos seus oráculos falasse às turbas entusiasmadas e delirantes. Transplantar uma composição dramática francesa para nossa língua, é tarefa de que se incumbem qualquer bípede que entende de letra redonda. O que provém daí? O que se está vendo. A arte tornou-se uma indústria; e à parte meia dúzia de tentativas bem sucedidas sem dúvida, o nosso teatro é uma fábula, uma utopia.²⁸

A bem da verdade, não havia ainda como termos uma grande produção nacional neste setor, pois faltavam autores e escolas de teatro entre nós. Ainda assim, Machado pensa em barrar caminho para as traduções, indo longe no nacionalismo literário, em um modo de pensar, digamos, muito francês, ou mesmo inglês. Propõe, para vitalizar o teatro nacional, que seja cobrado um imposto para as traduções dramáticas, além de uma espécie de tratado que versasse sobre os direitos de representação, i.e., algo correspondente aos nossos conhecidos direitos autorais. Segundo Machado, a presença de uma lei que regulamentasse as criações do gênero, os direitos dos autores legalizados, além de impostos sobre as traduções, forçaria o nosso meio a uma independência no setor. Uma proposta, digamos, ousada para os moldes da época. Vá lá as palavras do autor:

Haverá remédio para a situação? Cremos que sim. Uma reforma dramática não é difícil neste caso. Há um meio fácil e engenhoso: recorra-se às operações políticas. A questão é de pura diplomacia; e um golpe de estado literário não é mais difícil que uma parcela de orçamento. Em termos claros, um tratado sobre direitos de representação reservados, com o apêndice de um imposto sobre traduções dramáticas, vem muito a pêlo, e convém perfeitamente às necessidades da situação.”

Deste modo, tornadas exequíveis tais medidas, não duvidava o nosso futuro grande romancista que, sob a chancela das leis e dos impostos, o nosso teatro desenvolver-se-ia de forma plena. Em suma, o nosso crítico literário propunha, além dos já citados direitos autorais, algo que

²⁸ Coutinho, 1985, p. 788-789.

se tornaria uma prática comum na política do país, mesmo nos dias atuais: *insumos* à produção local. Agrada a idéia? Como não podemos afeirir o resultado imediato da proposta, visto que não é a proposta deste trabalho, supomos então que a acolhida não foi das melhores. Todavia, resta a suposição de Machado, que acreditava na aplicação de tais medidas, e que esperava delas um resultado capaz de modificar o quadro do gênero literário no país. E a suposição permanece para avaliação, uma vez sua preocupação com o teatro nacional continuará a mesma em mais artigos, como em *Idéias sobre o Teatro*, publicado no ano seguinte, no qual o autor defenderá a necessidade de se criar até mesmo um conservatório dramático, enfatizando sempre que o gênero precisa tornar-se um culto entre nós, prova talvez irrefutável que também acreditava em seu papel como instrumento civilizador. De resto, desenvolve ainda mais os argumentos do artigo anterior. Entretanto, voltando a ele, é necessário ajuntar, no meio de tantos comentários, que Machado de Assis enfatizava que, após a aplicação de medidas legais, de caldo político, por eles propostas, havia também a necessidade paralela de estudar a *escola moderna*, e tudo indica que ainda falava-se do romantismo, pois refere-se a peças como *As Mulheres de Mármore*, *A Dama das Camélias* e *O Mundo Equívoco*, que ele louva, apesar de traduções. Por último, deixa uma mensagem de otimismo, pois, uma vez que os *obstáculos* ao pleno desenvolvimento do teatro nacional fossem removidos, as nossas vocações dramáticas atingiriam a maturidade literária sem grandes esforços, enfatizando também a vocação pedagógica que, segundo ele, lhe era inegável:

Se uma parte do povo está ainda aferrada às antigas idéias, cumpre ao talento educá-la, chamá-la à esfera das idéias novas, das reformas, dos princípios dominantes. É assim que o teatro nascerá e viverá; é assim que se há de construir um edifício de proporções tão colossais e de um futuro tão grandioso.

Ao longo deste trabalho pudemos vislumbrar que a atividade literária de um primeiro Machado de Assis estava, como na maioria das vezes, empenhada em contribuir com o processo de civilização e formação do caráter dos leitores, com claras manifestações do nacionalismo vigente durante todo o período oitocentista. De acordo com Carvalho França, todos os gêneros desta época comportaram-se da mesma forma, ressalvadas, é claro, as devidas exceções, colhidas de forma exemplar em romances que fugiam dos cânones da época, como foi o caso de *Memórias de um Sargento de Milícias*. Deste modo, alcançados, ao menos de forma mínima, os objetivos do presente trabalho, resta-nos questionar como o

pensamento machadiano, dentro dos rigores estéticos eleitos por ele mesmo, vai evoluir até o surgimento das *Ocidentais* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Acreditamos, entretanto, que a pergunta, talvez farramente respondida por outros autores de outra forma, que não a puramente histórica, mereça também, em paralelo, uma abordagem de natureza mais estética, o que, por ora, foge aos nossos tímidos intentos. Deixemos, pois, a tarefa para mais tarde, ou, quem sabe, para os mais capazes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1980.
- CANDIDO, Antonio. **A formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 1º. Vol. (1750-1836). Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 1997.
- COUTINHO, Afrânio (org.) **Machado de Assis. Obra completa**. Vol. III, Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1985.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1987.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1980.
- CANDIDO, Antonio. **A formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 1º. Vol. (1750-1836). Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 1997.
- COUTINHO, Afrânio (org.) **Machado de Assis. Obra completa**. Vol. III, Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1985.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1987.
- DENIS, Ferdinand. **Brasil**. Trad. de João Etienne Filho e Malta Lima. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1987.
- _____. **O que é um autor?** Trad. Antônio Fernando Cascais e Edson Cordeiro. Lisboa: Vega, 1992.

- _____. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____ (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, vol. I, pp. 95-106.
- LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Trad. de Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- RIBEIRO, F. Bernardino, ROCHA, J. José da; QUEIROGA, A. A. de. Ensaio sobre a tragédia. In **RSF**, São Paulo: Tipografia do Novo Farol Paulistano. Edição fac-similar patrocinada pela Metal Leve S. A., 1977, p. 66-85, 99-120, 134-148, 169-184.
- RIBEIRO, Santiago Nunes. Nacionalidade da literatura brasileira. **Revista Minerva Brasiliense**, I, 1843, p. 7-23.
- STAUTON, George Leonard. **An authentic account of an embassy from the King of Great Britain to the Emperor of China**. Taken chiefly from the papers of Earl of Macarteny. London: W. Bulmer and Co., 1797, vol. I, cap. V, p. 151-190.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e (et. al.). Introdução. In: **Mosaico poético**. Rio de Janeiro: 1844, p. 9-12.
- _____. Da inspiração. **Revista popular**, 1860, XVI, p. 261-269.
- _____. Introdução histórica sobre a literatura brasileira. **RP**, 1859, VI, p. 357-364, V, p. 21-55.
- _____. Nacionalidade da literatura brasileira. **RP**, 1859, VI, p. 153-163 e 201-208, VII, p. 105-112, 143-153, 201-163, 201-208 e 286-291.
- _____. Originalidade da literatura brasileira. **RP**, IX, 1860, p. 160-173 e 193-200.

RESUMO

**Machado De Assis e a Literatura Brasileira do Oitocentos:
um Projeto de Literatura Nacional**

Nosso objetivo, no presente trabalho, foi possibilitar uma visão diferenciada das posturas ideológicas de Machado de Assis quando no começo de sua carreira literária, como articulista, e suas opiniões sobre a literatura nacional. Pretende-se demonstrar como, mesmo em Machado, há a manifestação de uma preocupação civilizatória que dá o tom de nossa literatura durante todo o período do oitocentos brasileiro. Para atingirmos este fito, utilizamos de um artigo apenas, no qual estivessem mais evidentes os sintomas desta atitude de fundo esteticizante e moralizante.

Palavras-Chave: História, literatura; política; oitocentos; civilização; nacionalidade; crítica literária.

ABSTRACT

**Machado De Assis and Brazilian literature in the 1800's :
a Project of National Literature**

Our aim, in this work, were to reach a different vision about ideologics attitudes of Machado de Assis when in beginning of your literary career, as articulist, and your opinions about the national literature. We intend to demonstrate how, even in Machado, there is the manifestation of one civilizing preoccupation that give the tonus of our literature during all Brazilian nineteenth century. To reach this aim, we utilize one only article, in which are more evidents the symptoms of this attitude of esthetizing and moralizing character.

Key-Words: History; literature; politics; eighteens; civilization; nationality; literary critics.